

# AS MARCAS DO CÁRCERE: 5 ANOS

MARKS OF PRISON: 5 YEARS

Leandro Ayres França<sup>1</sup>

Alysson Ramos Artuso<sup>2</sup>

Resenha de: FRANÇA, Leandro Ayres; STEFFEN NETO, Alfredo; ARTUSO, Alysson Ramos. As marcas do cárcere. Curitiba: IEA Sociedade, 2016. ISBN 978-85-67644-13-4.

Há cerca de dez anos, os três autores reuniram-se para rascunhar um projeto de pesquisa sobre tatuagens prisionais; cinco anos depois, em 2016, era publicado o livro *As Marcas do Cárcere*. Entre 2010 (início do projeto) e 2020, os números do encarceramento aumentaram: a população prisional brasileira cresceu aproximadamente 53% e a população prisional do estado do Rio Grande do Sul aumentou 32%. Nessa mesma década, não foram registradas melhoras nas condições do aprisionamento – e a esse quadro deve ser somado o agravamento sanitário derivado da pandemia do COVID-19. O cárcere permanece um problema grave.

## Licença CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Foto inédita: *Quase emergência - Presídio Central de Porto Alegre* (Alfredo Steffen Neto, 2013).

- 1 Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS, com Pós-Doutorado pelo mesmo programa. Coordenador do Grupo de Estudos em Criminologias Contemporâneas ([www.crimlab.com](http://www.crimlab.com)). Professor de Criminologia e Direito Penal da Unisc. Porto Alegre, RS, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2884543712316390>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7826-4079>. E-mail: [leandro@ayresfranca.com](mailto:leandro@ayresfranca.com)
- 2 Doutor em Métodos Numéricos em Engenharia pela UFPR, Mestre em Educação pela UFPR, com Pós-Doutorado pela UCL University College (Dinamarca). Professor do Instituto Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6517095824289547>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0462-4382>. E-mail: [alysson.artuso@gmail.com](mailto:alysson.artuso@gmail.com)

*As Marcas do Cárcere* é um registro histórico da pena de prisão no Brasil do início do século XXI. Durante meses, os autores visitaram diversas instituições penais de Porto Alegre (RS) e região a fim de investigar as marcas nos corpos dos apenados e de registrar as histórias de vida e as experiências cotidianas das pessoas encarceradas. Somados os tempos de autorizações, comitê de ética, visitas, registros, escritas, revisões, edições e publicação, foi um projeto de pesquisa longo, cujo resultado se tornou um belo e triste livro que retrata o universo carcerário por meio de ensaio textual, estatístico e fotográfico.

Nossa ideia inicial era que a pessoa presa marca o seu corpo, principalmente por meio de tatuagens, ao se identificar como criminosa. Fomos então a campo verificar a hipótese original (a pesquisa posteriormente nos mostrou que a pressuposição era parcialmente falsa). Enquanto analisávamos as marcas que eram objeto primário de nossa pesquisa – tatuagens e traumatismos –, porém, um outro simbolismo – acessório, mas inerente ao universo penal – desdobrou-se, a compor um quadro mais completo da realidade carcerária. Descobrimos as marcas dos crimes, as marcas das drogas, as marcas dos relacionamentos, as marcas religiosas, as marcas gravadas nas paredes, as marcas dos “mocós” que esburacam a estrutura das galerias, tantas outras marcas imprevisíveis e inerentes, que nos obrigamos a evidenciá-las. O arranjo de todas essas informações e a ampliação dos sujeitos analisados – quando as mães dos apenados (cap. 28) e os policiais (cap. 39, *fine*), sem nada nos dizer, nos alertaram: Lembrem-se também de nós – foram imprescindíveis para que compreendêssemos todas as marcas como elementos constitutivos daqueles apenados.



*Foto inédita: Montagem (Alfredo Steffen Neto, 2013).*

Concluída a coleta de dados e as anotações derivadas dela, nos deparamos com um novo desafio: a publicação da pesquisa. Um tanto ousados, procuramos o designer mais premiado do Brasil para fazer o projeto gráfico da obra: Gustavo Piqueira, da Casa Rex. De simpatia e sensibilidade enormes, Gustavo se tornou um parceiro do projeto. Havia ainda a questão de impressão de uma obra colorida e extensa. Inicialmente, propusemos um financiamento coletivo, lançado pouco antes de uma rápida alta do dólar, que elevou em muito o preço do papel e inviabilizou a ideia. A impressão do livro foi então financiada pelo Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural (Fumproarte) da Prefeitura de Porto Alegre (edital nº 11/2015).

Foram impressos mil exemplares, distribuídos gratuitamente ao público interessado nos eventos de lançamento do livro, a pesquisadores que têm por objeto o mesmo tema, às instituições penais visitadas pelos pesquisadores e a mais de uma centena de bibliotecas espalhadas por todos os estados brasileiros. Em agosto de 2016, distribuímos centenas de exemplares do livro no 22º Seminário Internacional de Ciências Criminais (IBCCRIM), em São Paulo. Em janeiro de 2017, o *Centre for Crime and Justice Studies*, em Londres, sediou uma palestra de um dos autores sobre a pesquisa e mais exemplares foram distribuídos. Por meio desses eventos e por intercâmbios postais, a distribuição do livro ultrapassou as fronteiras e chegou às mãos de professores e pesquisadores

estrangeiros. Com o esgotamento dos exemplares físicos, os autores decidiram disponibilizar o livro em formato digital – contabilizando até o momento cerca de 10 mil *downloads* do site original.

No período de lançamento, organizamos algumas falas sobre a obra em universidades (principalmente, no Rio Grande do Sul e no Paraná), instituições públicas (como o Ministério Público do Estado do Paraná) e entrevistas para programas de TV (Cidadania TVE).

Apesar dos muitos comentários elogiosos imediatos de leitores, o livro recebeu poucas respostas críticas e quase nenhuma atenção acadêmica. Não há registros, por exemplo, de qualquer resenha do livro – o que se explica também pela rara prática desse tipo de produção crítica na cultura acadêmica brasileira. Um outro fator demonstra, contudo, que pode ter havido mais interesse no livro além-mar: no período de cinco anos, a obra foi mais referenciada em artigos estrangeiros do que nos brasileiros.

As reações mais importantes dos leitores vieram em comentários que são dignos de referência. Logo após o lançamento da obra, um leitor informou que, meses antes, “um dos apenados que está [numa foto do Capítulo 26], foragiu do semiaberto e fez 21 pessoas reféns na cidade [omitido]”, dando-nos uma das muitas provas de retroalimentação do sistema prisional. Outro caso semelhante foi o do apenado S-214, quem nos narrou sua vida bandida tão vivamente (p. 227-235); a sua narrativa nos deu esperança de que sairia do cárcere pra nunca mais voltar, mas ele foi preso meses depois no centro de Porto Alegre, acusado de um crime grave. Ainda em 2016, o advogado Alexandre Albernaz entrou em contato para esclarecer que a tatuagem retratada na p. 172, para a qual não tínhamos conseguido atribuir qualquer significado, era a logo da banda de heavy metal sueca *Dissection*. No ano seguinte, Luiz Felipe Dias Moraes<sup>3</sup>, então aluno de um dos coautores, atento à narrativa da abordagem policial relatada nas p. 130-131, explicou o protocolo e os riscos dessas intervenções policiais, delineando como se desenvolve a imposição técnica (comandos em voz alta e clara, postura robusta, controle das mãos, com possibilidade uso de força física para minimizar a chance de reação do abordado). Em 2019, após ter tido acesso à nossa obra, o psicólogo Leonel Castro Cabral (@lxhat) nos contatou para apresentar o projeto Riscando o Risco, que oportuniza a ressignificação das tatuagens (com cobertura das antigas por novas) aos adolescentes vinculados ao Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC, reduzindo assim o estigma de marcas com sentidos tradicionalmente violentos. Mais recentemente, já em meio à situação pandêmica, recebemos o pedido de uma estudante de Direito para adquirir a obra. Ela informou que já havia feito

3 Atualmente, Luiz Felipe Dias Moraes é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito e Sociedade da UniLasalle, onde desenvolve pesquisa sobre o trabalho da Tropa de Choque da Brigada Militar.



o *download* do PDF do livro, mas queria um exemplar físico, pois, com as limitações de isolamento social, ela e seus colegas estavam impossibilitados de visitar casas prisionais; como alternativa, o professor da disciplina penal estava usando nosso livro para que os alunos compreendessem o contexto carcerário.

No âmbito editorial, houve o reconhecimento da qualidade do trabalho em premiações literárias: *As Marcas do Cárcere* foi finalista do 59º Prêmio Jabuti, categoria Direito, em 2017; no ano seguinte, o livro foi vencedor da 24ª edição do Prêmio Açorianos de Literatura Adulta e Infantil, categoria Ensaios de Literatura e Humanidades. Na justificativa deste prêmio, lê-se: “Por relacionar-se a um dos temas urgentes do Brasil contemporâneo, o da violência, abordando-o sob novos e diversos aspectos. Por integrar aportes de inúmeras disciplinas. Pela originalidade em apresentar uma pesquisa não-acadêmica, acompanhada de notável trabalho fotográfico”. A entrega do prêmio, em março de 2018, se deu dias após ao assassinato, ainda não desvendado, da ativista e vereadora carioca Marielle Franco. E foi com as seguintes palavras que Leandro Ayres França agradeceu ao prêmio: “É muito importante receber esse prêmio depois de cinco anos de pesquisa, mas não posso deixar de pensar que as pessoas mais importantes nesse projeto estão dormindo em lugares sem a menor condição. E que estou recebendo esse prêmio em um momento em que ainda se matam ativistas pelos Direitos Humanos”.

Desde então, os pedidos de compra de exemplares na página do Facebook são frequentes, embora a obra nunca tenha sido vendida, só distribuída gratuitamente. Ainda assim, monitorando sebos *on-line*, às vezes nos deparamos com exemplares à venda na faixa entre R\$ 70 e R\$ 150.

Há cinco anos, à época da publicação do livro, nossa principal conclusão foi a de que a política de catalogação de marcas como instrumento de identificação criminosa emprestava um método criminológico arcaico, cuja validade científica fora muito questionada, sustentava uma lenda – curiosa, porém falsa – e pretendia que ela se tornasse um retrato etnográfico verdadeiro e geral, e reproduzia uma semiótica fechada quando as comunicações e os significados se mostram necessariamente plurais, dinâmicos e saudavelmente hesitantes (p. 219). Desmentir lendas e desvelar histórias não visíveis foi muito satisfatório. Passado esse tempo, outros aprendizados decorrentes dessa experiência se mostram mais evidentes:

a) Tornou-se muito claro que uma pesquisa criminológica sobre o cárcere precisa descer ao pior de seus porões para compreender as práticas penais e os sujeitos executores dela e submetidos a ela.

Seguindo os passos de muitos autores que nos inspiraram e continuam a nos influenciar (Lombroso, Sykes, Darke *et al.*), renunciamos ao conforto dos gabinetes universitários para adentrar as galerias prisionais. Como registrou um dos participantes da pesquisa, “para se conhecer a cadeia é preciso sentir, cheirar, participar dela intensamente.” Aprendemos como se faz uma pesquisa de campo e por que esse tipo de pesquisa é tão necessário.

b) Dos apenados, levamos conosco a memória de cada testemunho e o ensinamento de um valor fundamental da população encarcerada: o apoio. Esse preceito se manifesta nos gestos de auxílios mútuos que acabam por estabelecer novas redes de comunicação e, assim, uma nova comunidade rigorosamente fraterna. O apoio é um dispositivo de sobrevivência, resistência e violência.

c) Dentre muitos aprendizados criminológicos, dois se destacaram. Primeiro, as evidências de nossos achados de que a criminalização das drogas e o desejo por bens de consumo são fatores criminógenos substanciais na realidade brasileira, indicando que qualquer política-criminal contemporânea séria exige, concomitantemente, a discussão sobre a regulamentação de algumas drogas e um plano concreto para reduzir a desigualdade social. Segundo, que, embora ainda indispensável, não podemos mais derivar estratégias de resoluções de conflitos sociais a partir do controle penal estabelecido, seja ele retributivo, correccional ou supervisional. Esse modo de ação penal é socialmente contraprodutivo e um outro modo é necessário.

Mesmo distante dos seus propósitos originais, o livro permanece presente em nossas trajetórias. Há poucos meses, os autores do *As Marcas do Cárcere* se envolveram na autoria de um material didático integrado de Ciências Humanas e Matemática destinado ao Ensino Médio, e aprovado no Programa Nacional do Livro Didático de 2021. No módulo de Segurança Pública, buscamos uma fotografia de pátio de casa prisional para ilustrar o conceito de desigualdade e de seletividade penal. A encomenda para iconografia, que fez a busca por imagens em bancos nacionais e internacionais, retornou apenas pátios brasileiros vazios. As opções de imagens com pessoas eram somente estrangeiras. Ao que tudo indica, nossa realidade não é para ser mostrada, sequer retratada em um livro didático, muito menos estudada na escola pública com jovens de periferia. Justamente eles, os principais alvos da violência e, também, da seletividade penal. Decidimos, então, recorrer à galeria de imagens do projeto *As Marcas do Cárcere* para que hoje, e no futuro próximo, o pátio do Presídio Central de Porto Alegre possa ser usado como objeto de ensino, e para que aquelas pessoas e suas histórias sejam conhecidas. As marcas do cárcere parecem ser permanentes – eis mais um aprendizado.

Recebido em: 07/06/2021 - Aprovado em: 19/07/2021